

## **DAS TRINCHEIRAS PARA A TERCEIRA GUERRA: A ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL EM BELO HORIZONTE (1946-1950)**

*Edilan Martins de Oliveira<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este trabalho se destina a efetuar uma análise sobre a constituição da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil em Belo Horizonte após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As principais fontes utilizadas serão as atas redigidas por ocasião das reuniões ocorridas na agremiação, através das quais se buscará efetuar um panorama acerca das concepções, posições e dilemas enfrentados pelos veteranos no imediato pós-guerra. Nesse período, a entidade assumiu um caráter assistencial, e, para além da realização de comemorações e da efetivação de ações que visavam à difusão da memória da coletividade em questão, foi marcada preponderantemente por disputas políticas acirradas. A difícil reintegração social, após a desmobilização da Força Expedicionária Brasileira, engendrou formas de resistência e negociação singulares com os poderes públicos, assim como moldou as ações dos outrora combatentes no interior da referida agremiação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reintegração social. Força Expedicionária Brasileira. Belo Horizonte. Associação de ex-combatentes.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: edilantotal@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0052-9847>.

## **FROM TRENCHES TO THE THIRD WAR: THE ASSOCIATION OF FORMER COMBATANTS OF BRAZIL IN BELO HORIZONTE (1946-1950)**

**ABSTRACT:** This work aims to analyze the constitution of the Association of Ex-Combatants of Brazil in Belo Horizonte after the end of the Second World War (1939-1945). The main sources used will be the minutes written during the meetings that took place in the association, through which an attempt will be made to provide an overview of the concepts, positions and dilemmas faced by veterans in the immediate post-war period. During this period, the entity took on an assistential character, and, in addition to holding celebrations and carrying out actions aimed at spreading the memory of the community in question, it was predominantly marked by fierce political disputes. The difficult social reintegration, after the demobilization of the Brazilian Expeditionary Force, engendered singular forms of resistance and negotiation with the public authorities, as well as shaping the actions of former combatants within the aforementioned association.

**KEYWORDS:** Social reintegration. Brazilian expeditionary force. Belo Horizonte. Association of former combatants.

## **DE LAS TRINCHERAS A LA TERCERA GUERRA: LA ASOCIACIÓN DE EX COMBATIENTES DE BRASIL EN BELO HORIZONTE (1946-1950)**

**RESUMEN:** Este trabajo tiene como objetivo analizar la constitución de la Asociación de Ex-Combatientes de Brasil en Belo Horizonte después del final de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Las principales fuentes utilizadas serán las actas escritas durante las reuniones que tuvieron lugar en la asociación, a través de las cuales se buscará una visión general de las concepciones, posiciones y dilemas que enfrentan los veteranos en el período inmediato de posguerra. Durante este período, la entidad adquirió un carácter asistencial y, además de celebrar celebraciones y llevar a cabo acciones destinadas a difundir la memoria de la comunidad en cuestión, estuvo marcada principalmente por feroces disputas políticas. La difícil reintegración social, después de la desmovilización de la Fuerza Expedicionaria brasileña, engendró formas singulares de resistencia y negociación con las autoridades públicas, además de moldear las acciones de los excombatientes dentro de la asociación mencionada.

**PALABRAS CLAVE:** Integración social. Fuerza expedicionaria brasileña. Belo Horizonte. Asociación de excombatientes.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho compõe um percurso analítico que visa compreender os conteúdos de memória veiculados pelos veteranos da Segunda Guerra Mundial e seus descendentes na capital mineira, Belo Horizonte<sup>2</sup>. A perspectiva propugnada procura contrapor-se a uma história monolítica, triunfalista e factual que prepondera sobre os feitos dos brasileiros contra o nazifascismo naquele conflito<sup>3</sup>. Busca-se colocar em evidência neste artigo, mediante a verificação e análise das atas redigidas pelas associações de excombatentes durante os primeiros anos do pós-guerra, o esquecimento que marcou a categoria social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Assim, coadunando com as postulações da nova história militar, se pretende expor o cenário que marcou a alvorada da primeira agremiação de veteranos da Segunda Guerra Mundial em Minas Gerais<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Este artigo faz parte da pesquisa intitulada “No front da Memória: as batalhas pelos espólios da Segunda Guerra Mundial em Belo Horizonte”, a qual está sendo desenvolvida no programa de Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

<sup>3</sup> De relatos ditos mais polêmicos como os do Marechal Floriano de Lima Brayner, até os relatos encarados como referências da participação da FEB no *front* italiano como o “A FEB pelo seu Comandante” livro escrito pelo comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes e o intitulado “O Brasil na Segunda Guerra Mundial” de Manoel Thomaz Castelo Branco. As obras elencadas acima somadas àquelas produzidas pelos correspondentes de guerra Joel Silveira e Rubem Braga embasam, grande parte dos relatos dos ex-combatentes sobre sua experiência na guerra. As percepções dos veteranos da FEB também foram editadas em diversas publicações largamente difundidas pela editora *Biblioteca do Exército*. Cf. (FERRAZ, 2000, p. 313).

<sup>4</sup> Após a 2ª Guerra Mundial, surgiu nos EUA uma corrente historiográfica conhecida como Nova História Militar. A Nova História Militar sofria clara influência da “Nova História Cultural”, então em voga nas universidades norte-americanas, concentrando suas atenções em temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça, gênero etc. Seu principal objeto de estudo eram as relações entre as instituições militares e a sociedade, pois “como instituição, o Exército reflete a cultura nacional e exerce um impacto sobre ela. Como instituição, [...] o Exército deve ser considerado, também, como uma força social de tempo de paz”. Ver em: (MATALOF, 1982, p. 483-484).

É preciso ter em mente que Força Expedicionária Brasileira, a FEB, foi a única tropa latino-americana a tomar parte na maior contenda da humanidade. O Brasil participou da luta junto aos Aliados (coligação de vários países, formada principalmente por Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra) contra as forças do Eixo (aliança de vários países, formada especialmente por Alemanha, Itália e Japão) estabelecidas no norte italiano. A Segunda Guerra Mundial terminou com a supremacia Aliada em 1945. Junto à FEB, que formava majoritariamente o contingente militar, estavam a recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB) e a Marinha do Brasil como também membros do Corpo de Saúde do Exército (com destaque para as enfermeiras).

Segundo Francisco Ferraz, em meio às carências sanitárias, higiênicas e socioeconômicas, o país à época do conflito era o retrato do atraso social (FERRAZ, 2012, p. 46). Embora o recrutamento militar tenha abrangido todas as regiões do país e a imprensa nacional, sob a vigilância do Estado Novo (1937-1945), tenha difundido o conflito, prevaleceu o afastamento populacional das questões concernentes aos soldados e à guerra que se desenrolava em terras além-mar (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 82,196-197, 278-280). O povo brasileiro se envolveu no conflito quando escassearam gêneros alimentícios e inflacionaram-se os produtos voltados à subsistência, mas também a partir do momento que teve de tomar parte na chamada “Batalha da Produção” para incrementar a produção voltada ao esforço de guerra (FERRAZ, 2005, p. 23).

No pós-guerra, estimulados pela memória da contenda, os soldados brasileiros que lutaram no norte italiano contra as tropas nazifascistas (entre 1944 e 1945) constituíram comunidades que se propunham a manter os laços e a camaradagem desenvolvidos em meio à carnificina. Diferentemente das grandes nações beligerantes como os Estados Unidos, a Inglaterra, França e a Alemanha, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial com apenas uma divisão de combate<sup>5</sup>. Cessadas as hostilidades

---

<sup>5</sup> O Brasil enviou uma Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) e mais alguns órgãos de exército: Depósito de Pessoal, a Agência do Banco do Brasil, os Grupos Hospitalares, o Depósito de Intendência, Pagadoria Fixa, o Correio Regulador e o Serviço de Justiça. Os cinco escalões de embarque da FEB transportaram 5000 homens, cada um; totalizando cerca

na Europa, os agora “ex-expedicionários” depararam-se no retorno à terra natal com coletividades que não vivenciaram o horror da guerra, as quais possuíam imagens difusas e sedimentadas pela imprensa acerca do “tributo de sangue” prestado pelos veteranos. Embora vários monumentos tenham sido erigidos em honra da Força Expedicionária Brasileira (FEB) pelo país (ROSENHECK, 2008), a tônica memorial da Segunda Guerra Mundial esteve preponderantemente relacionada aos grupos de memória que se formaram em torno dos ex-expedicionários.

Com o retorno dos escalões da FEB a partir de meados de 1945 ao Brasil, foi fundada a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, a AECB, no Rio de Janeiro. Impelidos por manter vivo o espírito de camaradagem e a união desenvolvidos em meio ao *front*, e motivados por concepções ainda difusas sobre o significado das “Associações de Ex-Combatentes”, o desejo por fundar uma agremiação na volta para a terra natal emergiu no final da guerra (FERRAZ, 2012, p.212). Após passada a fase de breve desmobilização da FEB, tendo sua dissolução ocorrida ainda na Itália (SALUM,1996,p.30), bem como as apoteóticas recepções populares por todo o país, a maior parte dos ex-expedicionários amargaram em um difícil desafio: enfrentar não apenas as agruras e os percalços sociais para efetuarem a difícil transição de “cidadãos-soldados” em direção à vida civil, mas também lutar pela sobrevivência material e simbólica juntamente com os outrora companheiros de farda.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, além da expansão das agremiações nos países beligerantes, houve a criação de programas e leis específicos como nos Estados Unidos que visavam cuidar do processo de reinserção social e da formação profissional dos veteranos<sup>6</sup>. No Brasil, ao

---

de 25000 soldados. Os três primeiros compunham a 1ª DIE e os outros dois formavam o Depósito de Pessoal.

<sup>6</sup> O Departamento de Guerra americano promoveu estudos voltados à desmobilização e reintegração social dos combatentes, tais análises permitiram ao Congresso aprovar no ano de 1944 o *Servicemen's Readjustment Act*, também conhecido como o *G.I Bill of Rights*. Essa lei representou um marco nas políticas voltadas aos veteranos de guerra, pois em leis anteriores, o governo dos Estados Unidos concedia pensões aos familiares mortos e incapacitados, e em alguns casos realizavam o pagamento de algum benefício ao soldado que lutou na guerra. Já a partir da lei de 1944 houve uma mudança nessa política, porque o veterano teria possibilidade

contrário, os outrora combatentes não encontraram respaldo populacional, um caldo cultural que propiciasse a propagação de suas reivindicações, levando as associações a se converterem mais em lugares destinados a prestar assistência social e a preservar a memória das coletividades envolvidas no conflito do que constituírem-se em espaços destinados a exercer pressão política sobre os poderes constituídos.

As associações de ex-combatentes emergem no Brasil sob a inspiração de tendências europeia e americana. Em nações como França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, as quais desde meados do século XVIII já mobilizavam uma enorme massa de conscritos, já eram um fenômeno presente. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), cresceram drasticamente e constituíram-se como pontos de encontro aos ex-combatentes, contribuindo para que os milhões de desmobilizados exercessem pressão política sobre os poderes públicos com a finalidade de garantir que os seus direitos fossem assegurados em legislações específicas e cumpridos pelos órgãos governamentais. Em todo o mundo, como aponta Francisco Cezar Ferraz, tiveram quase sempre as mesmas funções:

Promover a reintegração social entre os veteranos de guerra, representar seus interesses coletivos diante das autoridades, preservar e promover a memória dos feitos dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, oferecer dentro de suas possibilidades, assistência social e jurídica àqueles companheiros em dificuldades e lutar pela valorização da paz nas relações sociais e internacionais (FERRAZ, 2012, p. 210-11).

Em 1946, um ano após o término da Segunda Guerra Mundial, aqueles que haviam pertencido a Força Expedicionária Brasileira (FEB), os veteranos de guerra, fundaram a “Associação de Ex-Combatentes de Minas Gerais” em Belo Horizonte. Impulsionados pela aspiração de manter viva a “memória do *front*” e sob os efeitos perniciosos da rápida

---

de estudar em uma universidade, obter empréstimos sem a necessidade de um fiador, e receber durante 52 semanas cerca de \$20 dólares (em valores da época). Cf. (FERRAZ, *Op. Cit.*, 2012, p. 210).

desmobilização da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), buscaram congregar os companheiros que serviram no conflito. Nesse contexto, a tentativa de reunir os “irmãos de guerra” seguia uma tendência nacional, a qual se iniciou a partir da formação da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) no Rio de Janeiro em Outubro de 1945 (FERRAZ, 2012, p. 212).

Para o presente trabalho procurou-se a partir das atas de reuniões da “Associação de Ex-Combatentes de Minas Gerais”, a “AECMG”, esmiuçar as peculiaridades do pensamento dos veteranos do ponto de vista institucional. Nesse sentido, deve-se considerar que as ideias e mensagens veiculadas nos textos redigidos acerca das reuniões efetivadas, expressam majoritariamente a percepção daqueles que tinham por função essencial: conduzir e direcionar as atividades associativas. Os indivíduos que gerenciaram e assessoraram a Associação, formularam normas a serem seguidas ou colocadas em prática e estabeleceram linhas de ação para o conjunto dos associados. A investigação da adesão dos veteranos às propostas tornou-se ponto fundamental a ser explorado nesta pesquisa, e, não se pode desprezar o fato de que tomamos conhecimento do que fora discutido nas reuniões através do ponto de vista de um indivíduo: o redator das atas. É preciso tomar cautela, pois não se deve admitir o ponto de vista do ator histórico que redigiu os textos como verdade única e absoluta, torna-se necessário buscar tentar estabelecer a verossimilhança na análise.

Há diversas questões implícitas nas atas analisadas, e as fontes expressam uma parcela fragmentada de ideias e concepções sobre a realidade. Para construir uma narrativa que considerasse também os posicionamentos dos indivíduos acerca da memória abarcada nos textos, os quais tinham por meta reverberar o pensamento coletivo, seria preciso realizar o cruzamento de informações e a utilização de outras fontes (principalmente orais). Ao fazê-lo, seria possível discriminar as similitudes e diferenças da comunidade de memória dos veteranos em relação aquilo que fora construído e materializado nas atas, principalmente por aqueles que ocuparam a gestão da agremiação em questão. Isso, porém, é dificultado pela senilidade ou falecimento na atualidade dos agentes sociais

que gestaram essa memória: os veteranos. Entretanto, neste trabalho se procurará estabelecer a crítica interna do pensamento depositado no “Livro de Atas Nº1” da Associação dos Ex-Combatentes de Minas Gerais, o qual contém informações relativas aos quatro primeiros anos de transcurso das atividades agrupados em cerca de 200 páginas, buscando descortinar e esmiuçar o conteúdo implícito das fontes. A escolha do material para análise submeteu-se a variáveis que contribuíssem para colocar em evidência o esquecimento a que os veteranos foram submetidos no pós-guerra como: a questão da assistência social; as comemorações públicas; as disputas político-ideológicas.

Logo nos princípios de funcionamento da agremiação na capital mineira, tiveram de enfrentar novas batalhas para manter a coesão e a solidariedade da coletividade em questão. A necessidade permanente de unificar os veteranos em torno das pautas era notável, já que grande parte acorria a AECMG para encontrar apoio material e assistência jurídica e hospitalar. Embora tenham logrado êxito em promover ações de difusão cultural, como a organização de exposições, grande parte de suas ações beiraram quase que exclusivamente a execução de práticas assistenciais. Por vezes, envolviam-se em disputas político-ideológicas, nas quais preponderava uma repulsa ao comunismo e a condenação de qualquer postura política que soasse como “esquerdista” ao ostracismo. Especialmente, nesse período de constituição, nas comemorações das batalhas épicas da FEB pôde-se notar a propagação de discursos que se apropriavam do passado de glórias, para inspirar os veteranos na busca pela concretização da legislação de amparo e concomitantemente para propagação de pensamentos e atitudes políticas.

## A MEMÓRIA ENTRE ECLIPSES E LUZES NA AECMG

Nesse sentido, em fevereiro de 1946, no auditório da rádio Guarani realizou-se uma reunião que contou com a presença de 128 veteranos com o propósito de fundarem a “Associação dos Ex-Combatentes de Minas Gerais”<sup>7</sup>. Seus fundadores eram predominantemente oficiais de baixa

---

<sup>7</sup> Cf. (AECMG. 1946).



patente, e não possuíam grande expressão militar. Ao longo de seu funcionamento, as reuniões ocorreram em diferentes locais, e, quase sempre os ex-expedicionários tiveram de contar com a boa vontade de agentes e instituições que cediam seus respectivos espaços para que transcorressem as reuniões da associação. No mais, contavam com a permanente necessidade de comunicar aos associados sobre a realização de atividades na agremiação, o que era feito via imprensa, e, por vezes, era preciso reforçar aos presentes nas deliberações sobre a importância da assiduidade e da unificação em torno das questões da associação. Não é possível mensurar o número exato de participantes nas reuniões, porém pôde se notar através das reiteradas vezes nas quais membros da Diretoria reafirmaram e conclamaram os veteranos a tomarem parte dos debates semanais que, a intermitência e a fluidez eram a regra quando o assunto se referia à frequência nas associações. Apenas quando havia eleições para escolha de novas diretorias e comemorações de datas distintivas da FEB que ocorria um grande número de associados aos eventos e reuniões da Associação.

A agremiação coadunou os associados por meio da mobilização de memórias dos confrontos travados na Segunda Guerra Mundial. Isso ficou em destaque na primeira sessão extraordinária, em que foram exibidos filmes cedidos pelo Consulado Americano nos quais “*se podia ver parte das lutas do ‘front’ e bem como aviadores brasileiros nas Escolas de Aeronáutica Norte Americanas*” (AECMG, sessão s/d). Após uma exibição, o consultor jurídico da Associação, o desembargador Washington Floriano:

Tendo se baseado no assunto dos filmes cujos enredos mostravam o acatamento por parte dos lavradores americanos às sábias orientações dos agricultores e engenheiros governamentais e da grande calamidade que há pouco assolou a Europa, o Sr. Washington Floriano articulou deste modo uma grande admoestação a que todos os expedicionários associados se unissem em torno das resoluções da diretoria da Associação para o prosseguimento da nossa grande obra de assistência aos necessitados ex-combatentes da FEB <sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Ibid., sessão de 25 jun./1946, p. 11-12.

Nesse contexto, também se enquadram as primeiras exposições organizadas para valorizar a memória da guerra na capital mineira. Tendo em vista a organização de uma exposição por uma empresa da capital, “o presidente Reni Rabelo pediu aos associados que possuïrem recordações da guerra para trazê-las acompanhadas de um cartão com o nome e o motivo porque foi o troféu trazido para o Brasil”<sup>9</sup>. A motivação colocada pela associação diante da necessidade de não permitir que a memória, ou o sentido da luta da FEB no conflito fosse acometido pelo esquecimento, baseia-se num “dever de recordar”. Segundo Todorov, no que tange às ações e práticas as quais rodeiam a memória, no momento pelo qual os acontecimentos vivenciados pelo indivíduo correspondem a uma natureza trágica, o direito à recordação se converte numa missão de não perpetuar o esquecimento (TODOROV, 2000, p. 18).

Buscaram se unificar essencialmente para lograrem êxito em seu objetivo de auxiliarem aos companheiros enfermos e doentes e carentes de apoio financeiro. O apelo constante para que os associados se unissem em torno da prestação da assistência social, além de revelar as divergências e o afastamento dos mesmos do cotidiano da agremiação é sintomático para apontar que a ela muitos acorriam não para participarem de discussões sociais, mas compareciam às reuniões no sentido de satisfazerem suas aspirações humanas e materiais. Nas comemorações, o apelo dirigido por membros da Diretoria aos vinculados para que participassem das sessões era constante e tornava-se preciso fazer “*ver a necessidade de frequência de todos à sede*”<sup>10</sup>. Era importante fazer com que a entidade “*fosse mais fortalecida*”<sup>11</sup>.

As temáticas que mais eram abordadas, para além das pautas políticas, consistiam no auxílio aos doentes e enfermos. Logo, iniciativas como “*a ideia de fundar uma cooperativa com o fito exclusivo de beneficiar a situação dos ex-combatentes*”<sup>12</sup>, e que fossem “*colocados nos diversos cinemas e pontos principais da cidade, cofres com (...) os nomes de nossos colegas tuberculosos*”<sup>13</sup>,

<sup>9</sup> Ibid., sessão de 23 de set./ 1946. p-14.

<sup>10</sup> Ibid., sessão de 03 maio/1946, p. 4-6; 15 de jun./1946, p. 7-9; 17 de out./1946, p. 17; 31 out./1946, p. 18-19; 07 nov./1946, p. 19-20; 21 nov./1946, p. 20-21.

<sup>11</sup> Ibid., sessão de 01 de set./1949, p. 75-76.

<sup>12</sup> Ibid., sessão de 23 de set./1946, p. 14.

<sup>13</sup> Ibid., sessão de 24 de out./1946., p. 17.

eram ações que buscavam aglutinar o grupo para estenderem as questões concernentes às dificuldades financeiras da agremiação ao conjunto da população. Todavia, quando as iniciativas eram “extremadas”, atraíam a oposição de outros integrantes os quais apontavam “*que a associação estaria mendigando se fossem colocados cofres com nomes dos expedicionários tuberculosos em lugares públicos*”<sup>14</sup>. Entretanto, em alguns momentos, necessitaram “*colocar os doentes a vista do povo, para que vissem o estado de degradação moral em que os veteranos se encontravam*”<sup>15</sup>.

Também realizavam visitas periódicas aos companheiros tuberculosos e buscavam amparar a todos. Um exemplo foi a postura altruísta de Divaldo Medrado que propôs a destinação de parte da verba angariada pela associação para o natal das famílias dos veteranos enfermos<sup>16</sup>. Havia ainda aqueles que se “curavam” de suas enfermidades, era o caso do tenente Helbert Wilkie, o qual em uma comemoração da tomada de Monte Castelo, “*foi coberto de glórias, por ter chegado recentemente dos Estados Unidos onde foi concluir seu tratamento de ferimentos recebidos na Itália*”<sup>17</sup>.

Os assuntos debatidos na associação eram importantes para revelar o pensamento do grupo e, principalmente, o processo de reintegração social. Servia como inspiração na busca pela assistência, os discursos que foram reverberados nas atas da agremiação. Os usos da guerra pelos veteranos revelavam as pretensões de perpetuar os valores que uniam e dotavam de singularidade aquela comunidade imaginada<sup>18</sup>. Num mundo marcado pela Guerra Fria, com o conflito bipolar aflorado, as lembranças dos veteranos não expressavam apenas que havia uma “continuidade da luta” no imaginário coletivo, mas que ao assumirem novos papéis no cenário democrático deveriam seguir fiéis aos valores que os uniram no passado. Se a guerra era acionada no presente para que fossem empreendidas

<sup>14</sup> Ibid., sessão de 31 de out./1946, p. 18.

<sup>15</sup> Ibid., sessão de 21 de fev./ 1947, p. 28-29.

<sup>16</sup> Ibid., sessão de 5 de dez./ 1946, p. 20-21.

<sup>17</sup> Ibid., sessão de 21 de fev./ 1947, p. 28-29.

<sup>18</sup> Parte-se do princípio baseado na análise de Benedict Anderson, de que os soldados estiveram unidos por elementos simbólicos de camaradagem, os quais camuflaram a hierarquia social em relações horizontais, criando um “nós coletivo”, um apego que os povos têm das suas imaginações e uma capacidade de morrerem por suas invenções. (ANDERSON, 2008, p. 14)

determinadas práticas sociais, devia-se ao fato de ter se firmado uma dificuldade desses sujeitos de se compreenderem internamente e de não sanarem as suas questões coletivas com o passado (THOMPSON, 1997).

Assim, logo na primeira sessão extraordinária da associação, o sócio Reny Rabelo, pediu ao presidente e fundador, o Sr. Anfrido Ziller, que fosse constado em ata “*uma nota de saudade aos mortos da FEB nos campos da Itália*”<sup>19</sup>. Além disso, em uma palestra realizada “*o Sr. Onozor abordando o tema ‘Nossos Mortos na Itália’, tema este bem concatenado, cheio de justos e fundados sentimentos, pediu 1 minuto de silêncio em memória daqueles*”<sup>20</sup>. Apreende-se que a figura do herói acompanhada do “pronome” nosso, constituiu uma das principais características do grupo em questão. A vinculação literária do herói morto representava a união e identificação de todos (ANDERSON, 2008). A memória é uma atividade a qual leva em consideração sempre a preservação e eliminação de informações e, assim, elucidando-se determinados pontos de vista, acaba-se por relegar outros posicionamentos para posições subalternas. É necessário elencar os dados e filtrá-los mediante métodos apropriados, os quais, após um processo de reflexão consciente ou inconsciente, possibilitarão a gestação de novas interpretações e indicarão caminhos para os usos que serão concedidos ao passado (TODOROV, 2000, p. 17). Desse modo, ao recuperar das lembranças, os valores e as narrativas que serviriam de lição para a coletividade, colocava-se em evidência determinados enunciados os quais contribuiriam em demasia para as lutas dos veteranos.

Nas comemorações de datas simbólicas ficou em evidência a necessidade premente de mobilização do grupo social. Além disso, essas eram cercadas por cerimônias que, nos primeiros anos, contaram com a presença de autoridades, artistas locais e divulgações radiofônicas. As datas simbólicas para o grupo dos veteranos em Belo Horizonte consistiam de momento significativo no processo de constituição da identidade da coletividade no pós-guerra. Nas mensagens proferidas, as personalidades esboçavam a presença do passado em suas narrativas memoriais e as transformavam em “combustível” para agirem no presente (ROUSSO,

<sup>19</sup> AECB-BH. sessão s/d. p. 3-4.

<sup>20</sup> Ibid., sessão de 27 de jun., de 1946, p. 8-9.

1996, p. 94). Para a seção regional da Associação de Ex-Combatentes do Brasil em Belo Horizonte o calendário comemorativo era marcado todos os anos por celebrações que faziam alusão ao passado vitorioso da FEB e exaltavam as atividades levadas a cabo no interior das associações. Diante da gestação de um enunciado de grupo, prevalece o sentido de criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos. Assim, a coletividade, ao historicizar sua memória, solidifica e fixa a sua imagem no corpo social assegurando a perpetuação da mesma (BOSI, 2009, p. 67). Deve-se colocar em evidência a importância da celebração anual dos seguintes eventos para os veteranos mineiros nesse período de 1946 a 1950: a vitória nas batalhas de Monte Castelo (21 de Fevereiro de 1945) e Montese (14 de Abril de 1945); o Dia da Vitória final sobre o nacional-socialismo (08 de Maio de 1945).

Na primeira comemoração realizada para celebrar a vitória em Montese, falou na presença de todos *“o Dr. Álvaro Celso, que num brilhante discurso arrancou dos expedicionários e dos demais, vivas e entusiásticas palmas. Falou da necessidade de ser amparado pelo governo os ex-combatentes mutilados ou enfermos”*<sup>21</sup>. Entretanto, nesse momento inicial da agremiação, as autoridades políticas e militares enviaram apenas representantes para participarem da comemoração. A situação se repetiria nos primeiros anos. As vozes dos veteranos ressoaram nos presentes e em possíveis inconformados que estavam sintonizados no evento pelas ondas da Rádio Guarani.

Postura mais combativa assumiu o Sr. Anfrido Ziller, fundador da AECMG, quando foi convidado para ser presidente de honra da sessão comemorativa por ocasião do 1º aniversário da AECMG. Após a fala proferida pelo Sr. Washington Floriano, ex-expedicionário e advogado que prestava serviços gratuitos a instituição, no qual expôs *“num brilhante improviso os sacrifícios a que se submeteram os soldados brasileiros para que fosse alcançada a vitória da liberdade”*<sup>22</sup>, o Sr. Anfrido Ziller apontou a necessidade dos veteranos:

---

<sup>21</sup> Ibid., sessão de 14 de abr./1946, p. 3-5.

<sup>22</sup> Ibid., sessão de 20 de fev./1947, p. 24-25.

Trabalharemos continuamente com o mesmo desvelo de até então e que todas as barreiras encontradas deveriam ser enfrentadas como enfrentamos a fortaleza “Monte Castelo” que os alemães julgavam intransponível, que assim, pudessemos estar certos da vitória da nossa entidade, como foi a vitória democrática de armas aliadas contra os regimes de opressões<sup>23</sup>.

Seguindo o mesmo padrão, nas comemorações seguintes também prevaleceu o mesmo tom de insatisfação e ressentimento em relação aos poderes instituídos, bem como as demandas por justiça e reconhecimento do grupo social. Na segunda comemoração da tomada de Monte Castelo, o coronel Otávio Couto do Amaral, em referência aos pronunciamentos efetuados naquele dia festivo, afirmou que:

Aqueles discursos eram muito bonitos, entretanto de nada adiantariam sem ação, e não eram eles, discursos que iam minorar a dor dos que se achavam acamados, disse também o orador que o povo é que devia prestar homenagem ao pracinha e não este ao povo, que se nomeasse uma comissão encarregada, de no próximo ano patrocinar a festa e ter como convidados os expedicionários. O presidente da mesa nomeou então o Cel. Presidente da dita comissão<sup>24</sup>.

Contudo, a iniciativa não teve fôlego devido à dificuldade de unificar os veteranos e o referido coronel logo malogrou em sua aspiração. O esquecimento do grupo também reverberou naquele ano na comemoração da tomada de Montese e esboçou o silêncio que imperava em relação aos outrora cidadãos-soldados na sociedade. Naquela ocasião, pronunciou um discurso o associado Benvenido Belém de Lima, o qual *“se referiu ao abandono que se encontram os nossos ex-combatentes atualmente”*. Na mesma sessão, vale destacar, houve a manifestação do vereador Helbert Brant Aleixo, o qual *“exaltou as qualidades e o valor dos expedicionários e se prontificou a*

<sup>23</sup> Ibid., p. 24-25.

<sup>24</sup> Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das Reuniões. Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 1948, Livro n°1, p. 39.

*tudo fazer, na Câmara Municipal, em benefício dos mesmos*”<sup>25</sup>. Porém, se tratava de mais palavras vazias e promessas vãs, nada fora feito pela coletividade dos veteranos.

As comemorações públicas sobre a memória da FEB, organizadas pela AECB, se constituirão além de lugares de disputas, situações nas quais se instala a operacionalização da memória coletiva, e o uso perverso da seleção dessa memória. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações, buscam nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para o uso do presente (SILVA, 2002, p.432). Observa-se que os significados atribuídos em algumas dessas comemorações, ainda que veladamente, expressavam a insatisfação e o ressentimento por parte daqueles veteranos.

Mediante a necessidade de adotarem medidas para se tornarem visíveis novamente, já que haviam sido destituídos de seu símbolo principal ainda em 1945, no caso, a farda, eram incentivados pelos membros da Diretoria a portarem suas medalhas nas cerimônias públicas. Assim, todos os ex-expedicionários deveriam participar dos desfiles, por exemplo, utilizando-se de suas condecorações de campanha<sup>26</sup>, a medalha “sangue do Brasil”<sup>27</sup>, a medalha de guerra<sup>28</sup> e a medalha de primeira e segunda classe<sup>29</sup>. A estratégia era se fazerem notar como “heróis”, já que se viam como esquecidos e à margem social. No entanto, nas décadas seguintes ao fim da guerra, nem todas as medalhas seriam entregues a seus destinatários. E, grande parte das condecorações seriam repassadas aos veteranos pelas agremiações, o que ocorreria muitas vezes e se daria quase sempre sem celebrações vultosas (FERRAZ, 2012). Esse foi o caso do associado Joaquim Emílio de Souza, o qual foi convidado para:

---

<sup>25</sup> Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das Reuniões. Belo Horizonte, 14 de abril de 1948, Livro nº1, p. 41.

<sup>26</sup> A Medalha de Campanha era concedida a todos os militares que se envolveram na campanha da FEB. É esta medalha que distingue o ex-expedicionário do ex-combatente.

<sup>27</sup> A Medalha Sangue do Brasil era distribuída a todos os que contraíssem ferimentos na guerra.

<sup>28</sup> A Medalha de Guerra era concedida a oficiais e civis que tivessem prestado serviços relevantes para a campanha.

<sup>29</sup> As Medalhas Cruz de Combate 1ª e 2ª Classe, agradavam aqueles que tivessem se destacado no *front*, respectivamente de modo pessoal ou coletivo.

Comparecer a mesa para que este recebesse as suas condecorações constantes de uma medalha de Sangue do Brasil e um diploma da Medalha de Campanha, que foram remetidas ultimamente pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra à esta Associação, para que fizéssemos a entrega ao agraciado<sup>30</sup>.

Era o uso das medalhas que distinguia os veteranos da FEB não apenas daqueles os quais contribuíram para o esforço de guerra servindo em território nacional, mas também dos estrangeiros. No cotidiano associativo, pelo menos inicialmente, prevaleceu à dúvida quanto ao enquadramento de indivíduos provenientes de outros países que contribuíram com o esforço dos Aliados no quadro de sócios da agremiação. Após a promulgação das “leis da praia”, verificou-se uma distensão e ampliação das regras de filiação no regimento interno da AECB. Assim, tornou-se necessário, num primeiro momento, debater nas reuniões sobre o direito de participação e adesão daqueles de outras nacionalidades na associação. Essa questão foi levada ao consultor jurídico e ex-expedicionário Washinton Floriano, para que o mesmo estabelecesse seu parecer. Assim, esse foi o caso, por exemplo do major inglês Tytus Sasim, do 8º Exército Britânico<sup>31</sup>, o qual foi aceito na agremiação<sup>32</sup>. Com a ampliação da legislação, novos estrangeiros também buscaram aderir a AECB. Nessa lógica, os poloneses foram os que mais se destacaram<sup>33</sup>.

Havia uma profunda admiração por parte dos veteranos em relação à causa dos poloneses, os quais se voltavam contra o totalitarismo

---

<sup>30</sup> Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 7 de out./ de 1948, p. 50-52.

<sup>31</sup> Estas tropas combateram no Egito e também front italiano, ao lado de soldados de diversas nacionalidades.

<sup>32</sup> Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 15 de dez./ 1947, p. 36.

<sup>33</sup> Em 1949, os ex-combatentes poloneses Feliks Kopczynski, Andrzej Jau Garwicz, Maria Kazimiera Garwicz, Apoloniuss Zaychta, Wladyslaw Tenenwurcel, Adaw Wajdorwicz, Andrzej- Josef Kunstetter, Maksymilian Makiewicz, Boleslaw Biskupski e Parvel Markiewicz, ingressaram como sócios combatentes na agremiação. Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 16 de abr./1949, p. 63.



soviético e propugnavam sua ojeriza e condenação em relação àquele regime. Assim, a transcrição em ata de um protesto efetuado pelos poloneses residentes no Brasil, revela o compartilhamento recíproco de ideias e pensamentos e mais uma das formas pelas quais a coletividade dos veteranos possuía conexões com imagens veiculadas por outros grupos na sociedade englobante. Assim, merece ser colocado em evidência neste texto a *weltanschauung* dos poloneses, a qual se segue abaixo:

1939-1949 –Protesto – Nos abaixo assinados homens que vivemos no mundo livre – apelamos para a consciência da humanidade - para o sentimento natural de cada ser humano, para o desejo de verdade, de justiça e de liberdade. Neste décimo aniversário da invasão hitlero-soviética da Polônia, protestamos contra a injustiça cometida para com a nação polonesa. A Polônia denominada pelo presidente Roosevelt a inspiração do mundo, foi a primeira que pegou em armas em defesa da liberdade ameaçada pelo imperialismo dos ditadores Hitler e Stálin. Depois de uma luta de seis anos sustentada pela Nação polonesa ao preço de supremos sacrifícios – as injustas decisões internacionais de Teerã e de Yalta, aniquilaram esta contribuição à causa comum, sem dar ao mundo nem paz, nem segurança, mas entregando a Polônia ao jugo da *escravidão*. O soldado polonês, que lutou ininterruptamente pela vossa e nossa *liberdade* desde setembro de 1939 (...), durante todo o tempo que durou a Segunda Guerra Mundial – em recompensa dos seus esforços foi condenado ao *exílio*. A Nação polonesa, desmembrada pela Rússia Soviética perdeu metade de seu território nacional e, cortadas suas relações com o mundo livre pela Cortina de Ferro do Kremlin, foi entregue ao jugo de uma *ditadura comunista*. O regime imposto à Polónia pela Rússia Soviética, viola sistematicamente os direitos básicos do homem de liberdade pessoal, persegue a religião, escraviza os trabalhadores, e aniquilando as bases da democracia, inculca à nação ódio das democracias Ocidentais. A liberdade, a Independência e a Democracia, são e tem de ser o bem comum de todos os povos do mundo

inteiro (...) Protestamos contra a ocupação soviética e das outras nações subjugadas pelos soviets. Clamamos pela justiça – clamamos e queremos uma Polônia livre, unida e independente! Setembro de 1949<sup>34</sup>.

Não cabe aqui explorar o pano de fundo da história polonesa, nem sua participação e de seus veteranos no pós-guerra, nem as minúcias da história política brasileira no período. No entanto, ao ser transcrita essa passagem no livro de atas, revela principalmente o anticomunismo que vigorava na AECB- SR Belo Horizonte. Além disso, a oposição entre escravidão e liberdade e a contraposição estabelecida entre a democracia ocidental e a ditadura comunista são imagens as quais apontam para a existência de uma “posição imunológica” por parte do grupo dos associados em relação àqueles militantes de esquerda atuantes tanto na lógica interna da AECB quanto fora dela. Afinal, os veteranos julgavam-se como legítimos representantes do ideário democrático. Todavia, embora envergassem a “bandeira da democracia”, não havia espaço para divergências políticas naqueles lugares de memória (NORA, 1993). Sequer o debate político era permitido, no cotidiano associativo, a meta deveria ser a de buscar assistir materialmente e moralmente aos companheiros necessitados.

Nesse cenário, deve-se observar que as representações construídas ou que os veteranos almejavam edificar nos auxiliam a pensar acerca das buscas e lutas de valorização e reconhecimento desse grupo dentro da sociedade à qual pertenciam antes da guerra e não se reconhecem mais após o término da mesma. Se “*a sociedade constrói múltiplas representações de si mesma de acordo com seus interesses*” (CHARTIER, 2002), os veteranos, nesse caso específico, envergam representações variadas que se direcionam para um mesmo objetivo: o reconhecimento.

A análise histórica da memória coletiva e dos seus esquecimentos não pode deixar de levar em consideração as situações reais do cotidiano social. Seus objetos de estudo não são simplesmente “textos”, mas representações sociais de realidades concretas. Isso significa admitir,

---

<sup>34</sup> Ibid., sessão de 6 de out./ 1949, p. 77-79. (grifos meus)

sem medo de seguir adiante “como se fosse uma imperdoável ingenuidade positivista, a possibilidade de analisar as relações existentes entre estes testemunhos e a realidade por eles designada ou representada (...). A análise das representações não pode prescindir do princípio da realidade” (BURKE, 2000, p. 73). O primeiro indicativo da “realidade” é a questão de que as memórias coletivas são gestadas por atores históricos. Sua produção é histórica e se dá em meio a uma conjuntura de disputas, ora veladas, ora públicas.

## AS DISPUTAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NA AECMG

O alcance do poder de resolução das questões que afligiam os veteranos por parte dos associados era limitado. Os recursos que possuíam eram escassos e a fonte de renda advinha principalmente do pagamento de mensalidades por parte da massa daqueles que se vincularam a agremiação. Assim, nos primeiros anos de funcionamento, a receita da AECMG estaria principalmente no vermelho. A situação não seria muito diferente ao longo da trajetória da associação. Reiteradamente, os membros da Diretoria apelaram aos veteranos para que quitassem seus respectivos débitos e frequentassem assiduamente as reuniões. No entanto, havia marcadamente uma dificuldade para angariar recursos que custeassem as obras de assistência desenvolvidas. Os constantes obstáculos encontrados contribuíram para que os ex-expedicionários buscassem “meios radicais” para alcançarem êxito em seus propósitos organizativos: a idealização e realização de protestos. Desse modo, teve início nas palavras do associado Divaldo Medrado, “a nossa terceira guerra” (MEDRADO, 2009, p. 51).

A luta contra o nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial, que reverberava nos próprios veteranos e os levava a crer que eram defensores do ideal democrático, iria repercutir em declarações contrárias ao totalitarismo, ao fascismo e ao integralismo. Isso ficou em evidência logo na primeira sessão quando o “sócio Odil Correia fez a sugestão no sentido de que (...) a Associação lance um protesto contra a rearticulação integralista no Brasil, a lembrança de suas congêneres do Rio, S. Paulo, Barra do Pirai, Porto Alegre e

outras”<sup>35</sup>. A demanda por justiça e o ressentimento em relação ao outrora inimigo acompanhou a memória coletiva dos ex-expedicionários no país, havia se constituído sentimentos negativos em relação àqueles os quais compactuavam com os extremismos (ANSART, 2001, p. 26).

No final da década de 1940, o comunismo já havia sido anatematizado e colocado sob uma legenda negra na agremiação. Porém, nos primórdios das associações, “*seus membros de esquerda, filiados ou não ao Partido Comunista, eram dos mais entusiastas das potencialidades da AECB*” (FERRAZ, 2012, p. 259). Viam no espaço das reuniões e das atividades associativas, lugares propícios para o debate das questões públicas. Nessa lógica, como parte de um processo natural, alguns dos veteranos militantes buscaram estender suas atividades partidárias às associações e fizeram propostas para a resolução de questões que afligiam a toda a nação. A posição do associado Wagner Costa diante do encaminhamento de pedido de subvenção a ser apresentado ao interventor do estado pode ser tomada como um indicativo das “*atitudes político-partidárias*” que predominavam em meio às associações nesse período:

Foi lida pelo Sr. Reni Rabelo, a subvenção a ser apresentada ao Exmo. Sr. Interventor do Estado. Posta em discussão, o associado Wagner Costa manifestou-se dizendo que a mesma deveria ser enviada ao Exmo. Sr. Presidente da República, *porquanto assim seriam beneficiados não só os ex-combatentes mineiros e sim de todo o Brasil*. Em explicações ligeiras o Sr. Presidente fez ver ao Sr. Wagner Costa, a conveniência da mesma ser enviada ao Exmo. Sr. Interventor do Estado, com o que, *após certa discussão, concordou*<sup>36</sup>.

A inclusão de pautas que estivessem voltadas para a solução das questões nacionais e a garantia do *status* de cidadania para toda a população fez parte das pretensões dos militantes de esquerda nas agremiações. Isso causou insatisfação e preocupação nos grupos que mantinham

<sup>35</sup> Cf. AECB BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 20 de mar./1946, p. 3.

<sup>36</sup> *Ibid.*, sessão de 15 de jun./1946, p. 7. (grifo meu)

correspondência com o conservadorismo no interior das associações e também na sociedade (SILVEIRA, 1989, p. 248). Porém, quando a posição do associado esquerdista sintetizava uma indignação comum aos veteranos, independente da bandeira política defendida pelo grupo, sua postura era aceita e digna de louvor. Foi o caso da repulsa ao perdão dado aos “traidores da pátria”, os brasileiros que haviam contribuído para o esforço de guerra do inimigo nazifascista. É emblemático o caso do associado Wagner Costa ter sido repellido por expressar acima sua vontade política e congratulado no trecho abaixo por condenar os espíões brasileiros que serviram ao Eixo:

Falando o Sr. Wagner Costa como 2º orador, muito oportunamente abordou o tema relativo ao perdão concedido pelo Supremo Tribunal Militar aos traidores brasileiros que atuaram como locutores na Rádio de Berlim, durante a guerra, *propondo que fosse lançado um solene protesto por todos os expedicionários contra o ato do referido tribunal*. Tendo terminado sua preleção foi o Sr. Wagner muito aplaudido pela atualidade de seu tema <sup>37</sup>.

O jornal *Folha de Minas* veiculou matéria a respeito da questão supracitada e estampou a manchete “*Absolvidos os traidores Emilio Baldino e Margarida Hirschmann*”. No texto da matéria lia-se que esses brasileiros atuavam no programa *Hora Auriverde*, organizado pelos alemães e italianos. E que, depois de ouvidas várias testemunhas, foram absolvidos pelo Conselho de Justiça Militar, sob a alegação de que os mesmos “*agiam sob a pressão irresistível do inimigo e em face das necessidades que passavam na Itália*” (FOLHA DE MINAS, 1946). Ao tomarem contato com notícias como essas, veiculadas pela grande mídia, os veteranos não permaneciam inertes e, mesmo que não exteriorizassem suas perspectivas à sociedade englobante, cultivavam rancores os quais formariam uma memória subterrânea por excelência (POLLAK, 1989).

As seções da AECB no país possuíam uma instância central, o Conselho Nacional da AECB, localizado no Rio de Janeiro. Foi formado

<sup>37</sup> Ibid., sessão de 25 de jun./ 1946, p.11-12. (grifo meu)

na primeira Convenção Nacional que ocorreu no final de 1946 no Distrito Federal e reuniu delegados para discutirem “teses” a serem aprovadas e seguidas pela coletividade dos signatários. O Conselho era formado por representantes de todas as seções, e a cada Convenção Nacional (ocorria bianualmente) eram realizadas eleições para eleger novas diretorias. Entretanto, o conflito entre comunistas e anticomunistas daria a tônica dos primeiros anos no Conselho Nacional e seria reproduzido nas várias seções espalhadas pelo país. Embora os estatutos das associações vedassem as “atitudes político-partidárias”<sup>38</sup>, percebeu-se que em Belo Horizonte, a AECB-BH (nomenclatura adotada após a primeira Convenção Nacional), foi marcada por uma intensa politização e envolveu os veteranos em espectros políticos distintos.

O fato é que, desde sua fundação, as ações levadas a cabo pela agremiação eram predominantemente políticas (inclusive as de caráter assistencial), e isso não estava ligado somente à necessidade premente das diretorias se relacionarem com as várias esferas dos poderes públicos para buscar garantir a sobrevivência simbólica e material do grupo, mas porque seus próprios fundamentos ligavam-se às lutas combatidas no passado contra o nazifascismo e pela defesa da democracia, valores políticos por excelência. Torna-se elucidativa nesse sentido a posição do associado Othon Arruda Lopes, ao tentar realizar uma “declaração neutra” e expressar a visão que era compartilhada por muitos daqueles que eram frequentadores assíduos no cotidiano da agremiação:

Usou a palavra o Sr. Othon Arruda Lopes advertindo os demais associados da existência de elementos que usando o nome da Associação para apresentações e entrevistas procuravam usufruir da mesma cartaz para seu bem estar atual e futuro, pondo termino ao seu aparte dizendo que a Associação fora fundada não para a exibição e exaltação de A ou B, não para recreações de outrem, mas para dar

---

<sup>38</sup> O primeiro estatuto foi formulado na I Convenção Nacional da AECB, no final de 1946. Passou por reformulações durante três vezes: em 1954, na V Convenção sediada em Recife, em 1960, na VIII Convenção, em São Paulo, e em 1972, na II Convenção Nacional Extraordinária, realizada em Niterói-RJ.

assistência moral e material aos expedicionários necessitados e que sua satisfação seria imensa o dia em que ao invés de ler telegramas de congratulações e programas de festejos ou homenagens passasse a ler beneficiências <sup>39</sup>.

O pronunciamento exaltado desse associado também foi movido pela ação político-partidária do Sr. Antônio Caldeira Vitral, o qual havia sido cobrado por Divaldo Medrado que, com os aplausos da assembleia, pedia “*ao vice-presidente Antônio Caldeira Vitral explicações em torno de sua atitude tomada pessoal e verbalmente por ocasião da Convenção da União Democrática Nacional nesta capital*”, foi decidido por unanimidade que fosse instaurado inquérito para investigar o caso em sessão extraordinária<sup>40</sup>. Em sessões seguintes, o associado Juscelino Matos propôs que alguém defendesse o Sr. Caldeira Vitral para um julgamento democrático e o encerramento da questão. Não sendo feita a defesa daquele vice-presidente, foi o mesmo demitido do cargo que ocupava na associação<sup>41</sup>. O presidente Reni Rabelo, no mesmo período, também foi acusado por sua atuação político-partidária, entretanto soube dar razoáveis explicações, tendo sido até aplaudido<sup>42</sup>. O caso de Caldeira Vitral foi uma exceção nesse período em análise, pois se tratava de um associado removido de sua função por participar das discussões de um partido alinhado com a direita<sup>43</sup>. Pelo que o estudo permite afirmar, casos como esse, ocorrido ainda nos tempos da fundação da AECMG, após a realização da I Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil no Rio de Janeiro, foram raros.

A primeira Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil, além de reunir veteranos das Forças Armadas e da Marinha Mercante e os outrora combatentes da Segunda Guerra Mundial, tinha como meta primordial o estabelecimento das diretrizes e bases nacionais para as agremiações e o direcionamento de ações conjuntas para assistir àqueles

<sup>39</sup> Cf. AECB BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 18 de jul./1946, p. 11.

<sup>40</sup> Ibid., sessão de 11 de jul./ 1946, p. 9-11.

<sup>41</sup> Ibid., sessão de 25 de jun./ 1946, p. 11-12.

<sup>42</sup> Ibid., sessão de 18 de jul./1946, p. 11.

<sup>43</sup> Esse partido no caso era a União Democrática Nacional.

indivíduos necessitados em meio ao processo de reintegração social. Num primeiro momento, o evento seria realizado no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro (CORREIO DA MANHÃ, 1946). Havia suspeitas de que o evento estaria ligado ao comunismo internacional, e “*o governo Dutra não apenas não apoiou o encontro, como contribuiu para boicotá-lo*” (FERRAZ, 2012, p. 261). Sobre o apoio dado por Dutra às agremiações, também era corrente entre os associados à concepção de que haviam sido abandonados pelo governo<sup>44</sup>. Dias antes do encontro, o Teatro Municipal foi negado aos veteranos e as razões não foram apresentadas aos mesmos. Estes tiveram de encontrar outro local para que o evento transcorresse, e a solução veio de um auditório cedido pela Academia Brasileira de Ciências (PYTHAIN E SILVA, S/D.p. 365). A condução das discussões no evento ficou sob a responsabilidade do tenente-coronel Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, o qual era comunista.

A AECB em Belo Horizonte, por meio de seus representantes, também tomou parte na I Convenção Nacional. Em uma reunião da agremiação, o presidente Reni Rabelo comunicou que os belo-horizontinos “*haviam rompido com a associação do Distrito Federal, ato este que foi acompanhado ainda pelas associações do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte e Pernambuco, permanecendo as demais fiéis a associação do DF*”<sup>45</sup>. Além disso, informou a Assembleia que protestaram contra o fechamento do Teatro Municipal do Rio. E, também, disse que o “*Senado, a Câmara e o prefeito do Rio de Janeiro foi visitado pelo ex-combatentes*”. Por fim, foi apresentada a posição contra o integralismo e o governo nazifascista de Franco. Afinal, estavam indignados com a situação do Teatro Municipal, o qual dias antes havia sido concedido aos integralistas de Plínio Salgado (FERRAZ, Op. Cit., 261).

Na reunião seguinte, o presidente informou que havia recebido uma carta do ex-combatente Bruno Scholzal do Rio Grande do Sul, criticando a atitude da associação de Belo Horizonte em virtude de seu posicionamento na Convenção nacional. Reni Rabelo afirmou que poderia haver uma cisão

<sup>44</sup> Cf. AECB SR BH. Livro de Atas das Reuniões. Belo Horizonte, sessão de 16 de jan./ 1947, p. 23-24.

<sup>45</sup> Ibid., sessão de 21 de nov./1946, p.19. “Romperam” na realidade com as discussões que transcorriam na I Convenção Nacional e os representantes da seção de Belo Horizonte deixaram o evento.



naquela agremiação (oposição entre comunistas e anticomunistas) e “*criticou o Sr. Pedro Paulo (...) pelo fato do referido ter-se feito candidato à Assembleia Nacional pelo P.C.B, usando para tal fim o nome da Associação de Ex-Combatentes, afim de fazer sua propaganda*”<sup>46</sup>. Apreende-se que o uso da “causa expedicionária” para alcançar determinados ideais ou posições políticas era uma prática condenada na AECB- SR BH, em se tratando especialmente quando as ações eram desenvolvidas por militantes de esquerda.

Isso pôde ser vislumbrado a partir da demissão do presidente Reni Rabelo devido ao lançamento de sua candidatura a deputado estadual por um partido político<sup>47</sup>. É interessante perceber que de modo distinto do que se sucedeu a Antônio Caldeira Vitral em meses anteriores (o vice-presidente da direita que fora expulso), dessa vez a instituição novamente se absteve e pelo menos na teoria não apoiou formalmente ao candidato em questão. Mas, foi concedida liberdade apenas aos associados para que apenas individualmente, se lhes conviesse, pudessem dar o seu voto ao expedicionário Reni Rabelo<sup>48</sup>.

Na mesma sessão, realizou um pronunciamento o associado David Lawinski, o qual levou ao conhecimento da entidade a existência de um ex-expedicionário cego, que se encontrava mendigando e sem amparo das autoridades. Prossequindo com a palavra, afirmou que havia sido indicado pelo Partido Comunista Brasileiro (P.C.B) como candidato a deputado estadual e que se fosse eleito tudo faria para amparar aos veteranos. Entretanto, “*foi proibido terminantemente de dar detalhes sobre o assunto, devido ao regulamento que rege esta associação proibir assunto político*”<sup>49</sup>. Posteriormente, os membros da AECB investigaram sobre o caso do ex-expedicionário cego, já que Lawinski não retornou, e chegaram à conclusão de que se tratava de uma invenção por parte do mesmo para divulgar a sua candidatura<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> Ibid., sessão de 21 de nov./ 1946, p. 20.

<sup>47</sup> Numa consulta realizada a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, verificou-se que Reni Rabelo foi deputado estadual nos períodos de 1947-1951;1951 a 1955; 1955 a 1959; 1959-1963 e de 1963-1967. Seus quatro primeiros mandatos foram pelo PSD e apenas o último foi pelo PSP.

<sup>48</sup> Cf. AECB BH. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 09 de jan./1947, p. 21-22.

<sup>49</sup> Ibid., sessão de 9 de jan./1947, p. 21-22.

<sup>50</sup> Ibid., sessão de 23 de jan./1946, p. 26.

A queda dos comunistas na AECB ocorreu no final da década de 40, e esteve ligada a destituição do presidente do Conselho Nacional da AECB, Sampaio de Lacerda (FERRAZ, 2012, p.266). As críticas por parte da agremiação de Belo Horizonte tornaram-se mais ácidas no início de 1949, quando se começou a questionar sobre a validade da atuação e o papel desempenhado pelo Conselho Nacional dos Ex-Combatentes na aplicação das leis existentes e na luta pela defesa da causa expedicionária<sup>51</sup>. Seguindo a lógica de outras agremiações, como a Legião Paranaense do Expedicionário (fundada em Curitiba no ano de 1946), embora não tenham chegado efetivamente a se dissociarem da sessão do Distrito Federal, a AECB-DF, em Belo Horizonte foram extremamente contrários a diversas postulações do Conselho Nacional e sua gestão que flertava com o comunismo. A gota d'água veio com a desconfiança em relação a Sampaio de Lacerda e a realização do *Congresso Pró-Paz e Cultura*, em que o órgão representativo das associações resolveu tomar parte<sup>52</sup>. Afirmaram ainda naquela ocasião que os comunistas eram minoria no Congresso e por isso eram prejudicados, já que não logravam êxito na aprovação de leis para beneficiar o grupo social<sup>53</sup>.

Segundo Ferraz, derrotados na eleição do Conselho, hostilizados pelas novas lideranças dos ex-combatentes, perseguidos e colocados na ilegalidade, muitos dos comunistas afastaram-se das associações (FERRAZ, 2012, p.267). Nesse sentido, é elucidativo o entendimento entre as agremiações de veteranos de Belo Horizonte e Juiz de Fora, no que tange a confecção de uma circular na qual ficasse nítida a *“proibição total de participação em política, bem como não se devia permitir a infiltração de elementos estranhos e políticos nos assuntos dos ex-combatentes”*<sup>54</sup>.

Assim, embora a tônica dos primeiros anos tenha sido marcada pela presença de posturas combativas, predominaria a partir dos anos de 1950 uma linha que preconizava a negociação e buscava contar com a boa vontade dos governantes para atingir as metas assistenciais. De um perfil

---

<sup>51</sup> Ibid., sessão de 7 de abr./1949, p. 61-62.

<sup>52</sup> Ibid., sessão de 2 de jul./1949, p. 66-68.

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> Ibid., sessão de 27 de mai./1950, p. 14-15.

mais contestador na luta por reivindicações, começariam a assumir uma atitude mais conciliatória e até laudatória às instituições governamentais, especialmente no que tange ao Exército. Predominaria uma posição conservadora na AECB sediada na cidade de Belo Horizonte.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio das constantes práticas, representações e apropriações ocorridas nesse lugar de memória, houve um ordenamento que esteve submetido à dialética da lembrança e do esquecimento. Após a execução da análise, ficou em evidência o fato de que nos primeiros anos de existência da agremiação preponderaram as dificuldades organizativas e novas batalhas pela sobrevivência simbólica e material do grupo. As narrativas excepcionais que construíram se tornaram objeto e instrumento de luta na AECB. Nesse processo, as memórias constantemente revistas, reavivadas e mobilizadas, corroboraram em demasia para a construção da identidade de coletividades específicas em meio ao processo de reintegração social ocorrido após a guerra na cidade de Belo Horizonte. Verificou-se que longe de uma coesão de grupo e da homogeneidade de posicionamentos, prevaleceu o conflito e o debate de ideias no interior da agremiação nos primeiros anos após a guerra.

## **REFERÊNCIAS**

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ANSART, Pierre. História e Memórias dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (orgs.). *Memória e (res.) sentimento. Indagação sobre uma questão sensível*. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- AECB SR BH. *Livro de Atas das reuniões*, Belo Horizonte, n. 1. 1946-1950.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, PETER. *Varietades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Algés / Portugal: DIFEL, 2002.
- CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1946.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp/ Geração Editorial, 2000.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 66.
- FOLHA DE MINAS, Belo Horizonte, 14 de julho de 1946, p. 1.
- MATALOFF, Maurice. A Natureza e o Escopo da História Militar. In: WEIGLEY, Russell F. (Org). *Novas Dimensões da História Militar* (Vol. 2). Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.
- MEDRADO, Divaldo. *Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira*. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados do Departamento de História da PUC-SP*. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: SP, 1981.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricos* nº 3. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, p. 3-16, 1989.

- ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. In: *Militares e Política*, nº 3, p. 7-16, jul –dez. 2008.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SALUM, Alfredo Oscar. *Zé Carioca vai à Guerra*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.
- SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, v. 22, no. 44, São Paulo, 2002.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- THOMPSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as Memórias. *Projeto História*, São Paulo: 15 abr. 1997.

Recebido em 02/12/2019 e aprovado em 01/06/2020